

Memorial do convento:
“falar das mãos, falar das obras”

João Roberto Maia

Posta no tablado da história, a envergadura crítica da reflexão sobre certo modo de conceber o trabalho no Brasil e em Portugal, de que se incumbiram alguns dos melhores escritores e estudiosos dos dois países, tem de ser medida por sua força de desvelar problemas cruciais de ambas as sociedades, vincando-lhes a atualidade. Por ser assim, é preciso avaliar o peso que têm hoje, para a experiência contemporânea, as questões levantadas por tal reflexão.

Entre os temas nucleares de um livro que é obrigatório para todos aqueles que querem compreender nosso país, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, está o da rejeição da moral que valoriza o trabalho, rejeição que o historiador procura caracterizar como importante para a compreensão da “psicologia” dos povos ibéricos e como parte da herança que coube ao Brasil. A essa repulsa ibérica ao trabalho, Buarque de Holanda articula a débil capacidade de organização e o déficit de coesão social. Acrescente-se que tais fatores se tornaram talvez ainda mais deletérios no Brasil em razão da tardia abolição da escravatura. Como parte do empenho de aquilatar a força de permanência de atitudes e mentalidades derivadas desse conjunto de problemas, uma das críticas duras do livro está endereçada a certa intelectualidade brasileira (e que ainda podia ser representada pela intelectualidade contemporânea do autor), cujas concepções senhoriais estavam nítidas, por exemplo, na crença no espontaneísmo do talento e na falta de apreço pelos “trabalhos e o estudo acurado”, uma vez que estes “assemelham-se, por sua monotonia e reiteração, aos ofícios vis que degradam o homem”*.

Outro grande intérprete do Brasil, Raymundo Faoro, referindo-se ao passado colonial brasileiro no seu livro fundamental *Os donos do poder*, escreve: “Nem o branco português, nem o branco natural do país podem apanhar a enxada ou tocar no arado. O trabalho braçal degrada e o equipara ao

*(Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997: 164.)

*(Faoro, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo/Publi-folha, 2000: 246.)

escravo – a esta infâmia é preferível à ociosidade, o parasitismo, o expediente da busca de proteção dos poderosos”*

Essa feição rebaixada da labuta entre nós como consequência da escravidão, a qual debilitava a ética burguesa do trabalho, recebeu um lúcido tratamento literário no romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, através da personagem Dona Plácida. Vale a pena citar o que o crítico Roberto Schwarz diz a respeito:

O trabalho indiferente à finalidade concreta (costurar, cozinhar ou ensinar), e sem objetivo além do salário, pertence ao universo do capitalismo. Ao passo que a nenhuma estima pelo esforço é do universo escravista. Paralelamente, note-se que os benefícios complementares daqueles males estão ausentes, a saber, a dignificação burguesa do trabalho ‘em geral’, bem como o ócio que o escravismo pode proporcionar aos não-escravos. Noutras palavras, coube a Dona Plácida colher o pior de um e outro mundo: trabalho abstrato mas sem direito a reconhecimento social.*

*(Schwarz, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo – Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 1990: 101.)

Pelo lado de Portugal, lembremos que na famosa conferência de Antero de Quental sobre as causas da decadência dos povos peninsulares o descrédito do trabalho é um dos problemas urgentes a enfrentar. Como se sabe, a terceira dessas causas era a valorização das “conquistas longínquas”, do “espírito guerreiro”, o que lançava à sombra “o espírito de trabalho e de indústria”. Em decorrência disso, “Lisboa era uma capital de fidalgos ociosos, de plebeus mendigos, e de rufiões”. Ao olhar crítico de Antero não escapam as consequências do modo de produção de riquezas nas colônias portuguesas, baseado na escravatura. Assim, centrando o foco no Brasil, o grande poeta assinala o óbice que representa o trabalho servil ao desenvolvimento de uma nação. E no século XIX o desprestígio do trabalho em Portugal, resultado de séculos da ação de um povo de conquistadores, estava embebido em certa sensibilidade fidalga, cuja marca de distinção elitista constituía, ao mesmo tempo, a chancela da ilusão e do atraso.¹

¹ “Finalmente, do espírito guerreiro da nação conquistadora, herdamos um invencível horror ao trabalho e um íntimo desprezo pela indústria. Os netos dos conquistadores de dois mundos podem, sem desonra, consumir no ócio o tempo e a fortuna, ou mendigar pelas secretarias um *emprego*: o que não podem, sem indignidade, é *trabalhar!* Uma fábrica, uma oficina, uma exploração agrícola ou mineira, são coisas impróprias de nossa fidalguia” (Quental, Antero. “Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos”. Em: *Prosas escolhidas*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942: 139, grifos do autor).

Parece-me evidente que o conjunto de problemas que enfatizo na conferência de Antero tem continuidade, salvaguardadas as diferenças de abordagem, na reflexão atualizada de Eduardo Lourenço, o que configura o longo curso e a relevância das questões que tal problemática suscita. Refiro-me agora especificamente a um capítulo do clássico *O labirinto da saudade*, no qual o foco está na persistência de uma mentalidade cujo grau de desajustamento às dessimetrias da sociedade portuguesa salta aos olhos, o que, reparando bem, é uma atualização da sensibilidade de fidalgos extemporâneos que Antero procura caracterizar como o oposto, por sua inadequação às necessidades do tempo e do país, da fachada de preeminência em que se apóia. Mais concretamente, tal descompasso se traduz no contraste entre “um povo trabalhador”, e mesmo “um povo literalmente *morto de trabalho*”, e a herança de “uma tradição guerreira de *não-trabalho* e parasitária dessa atroz e maciça ‘morte de trabalho’ dos outros” (incluída aí a escravidão), apanágio da classe dominante. Estamos aqui nos antípodas da ética do trabalho, pois o que se busca é a primazia de não fazer nada, e esta condição é privilégio de que se vangloriam aqueles que o desfrutam. No entanto, como Lourenço faz questão de ressaltar, é evidente que não se trata aqui de aceitar implicitamente, em contraste com o objeto da crítica, a ideologia burguesa do trabalho abstrato, tomando este como valor independente da situação concreta dos que trabalham. O que está em jogo é o vínculo entre ociosidade privilegiada, estandarte de superioridade social, e o desprezo “fidalgó” pelo esforço produtivo dos outros, sem prejuízo da exploração e do desfrute de tal esforço pela mesma elite que lhe assinala o estigma depreciativo*. Aliás, os exemplos assinalados em outras duas reflexões sobre o desmerecimento do trabalho, há pouco destacadas, situam o problema, atualizando-o no âmbito da experiência contemporânea de cada um dos autores, dentro de estruturas histórico-sociais que viabilizam o afã de distinguir-se, de reforçar clivagens: o exemplo, entre outros apontados pelo autor, da “missão senhorial” de certa intelectualidade brasileira, segundo Sérgio Buarque de Holanda, e a fidalguia extemporânea e desfocada do Portugal oitocentista, segundo Antero de Quental.

*(Lourenço, Eduardo. *O labirinto da saudade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991: 130-1.)

Tomar a experiência do trabalho braçal e das lutas populares como matéria da ficção, conferir estatuto de protagonistas a trabalhadores humildes, como faz José Saramago em *Levantado do chão* e *Memorial do convento*, constituem posturas empenhadas capazes de tornar comum à literatura o terreno no qual atua a reflexão sobre a desqualificação do trabalho. Como esta, a ficção pode divisar o problema, destacar sua relevância e sugerir sua atualidade. Além disso, ao dar primazia ao mundo dos pequenos, dos sem-direitos, dos esmagados (em sentido literal, como no caso do trabalhador Francisco Marques em *Memorial do convento*), a ficção pode subverter, a seu modo e com os meios que lhe são próprios, o ponto de vista dominante, sem prejuízo de assinalar sua vigência.

A experiência do trabalho em *Memorial do convento* está centrada nas construções do convento de Mafra e da paszarola. Enquanto o primeiro, viabilizado por uma desumana exploração dos que trabalham, revela a iniquidade de uma ordem social que tem por fundamento a exemplaridade despótica do poder temporal, em aliança com a Igreja, a segunda é o resultado da força de um trabalho formativo e humanizante. Veremos, entretanto, que não há aqui oposição simplista entre uma dimensão positiva e outra negativa do labor humano e suas obras.

Para início de conversa, diga-se que um dos principais personagens de *Memorial do convento*, um ex-soldado maneta, é o mais destacado representante do mundo do trabalho no romance. Baltasar é um mutilado e a experiência da mutilação faz com que vivencie a ameaça de estar entre os párias, entre aqueles que sequer podem retirar de seu trabalho a subsistência. Ele é alguém que se vê na fronteira, nem sempre bem visível no Portugal do século XVIII, que separa os que ainda têm como garantir seu sustento pelo próprio esforço e aqueles para os quais resta apenas contar com a boa vontade de quem pode lhes amparar na mendicância. A inexistência de direitos imposta aos pobres, não importa se soldados, tanoeiros ou os que se dedicam às tarefas do campo, que só valem enquanto podem exercer suas funções, torna contíguos e mesmo intercambiáveis o mundo do trabalho e o submundo da indigência extrema.

Um dos procedimentos do narrador de *Memorial do convento*, comum ao de *Levantado do chão* e talvez extensível a

narradores de outros romances de Saramago, em maior ou menor grau, é dar expressão, diretamente ou assumindo o ponto de vista de um personagem, a modos de pensar que se coadunam com a estabilização do mundo como ele é, que aderem ao “poder estéril do que meramente existe”, de que fala Lukács*, como se os normalizasse, convertendo-os em regra perceptiva, para posteriormente assinalar, às vezes de modo sutil, o que neles há de mistificação e ocultamento quando postos à luz do compromisso ético e, por extensão, político que está entre os elementos basilares das intervenções opinativas do narrador. Efetivamente, trata-se de afirmar um *ethos* que julgo constituir uma das linhas de força da ficção de Saramago, ou seja, a postulação de um inconformismo enraizado em certo modo de ver o mundo, que se consubstancia como uma espécie de antídoto contra a feição desumanizadora das experiências que desvelam a vida individual e a vida social danificadas; postura inseparável, sublinhe-se, de um profundo senso de historicidade. De certa forma, creio que se pode verificar a vigência desse tipo de procedimento do narrador em algumas passagens que põem em pauta a mutilação do corpo de Baltasar.

É evidente que, quando o padre Bartolomeu Lourenço diz a Baltasar que com apenas uma das mãos e um gancho é possível fazer tudo o que quiser, e que “há coisas que um gancho faz melhor que a mão completa”, o sentido aqui é o da afirmação da inteireza da condição humana do ex-soldado e de sua força criativa, que a mutilação física não pode afetar. Diverso é o sentido de outra passagem, na qual Baltasar está dentro de um açougue e detém o olhar sôfrego nas peças de carne que não pode comprar: “[Baltasar] não sabia então que ali viria a trabalhar, um dia próximo, e que deveria o emprego a seu padrinho sim, mas também ao gancho que trazia no alforje, tão prático para puxar uma carcaça, para escoar umas tripas, para arredar umas mantas de gordura”*. Ainda que se possa admitir que é razoável afirmar tais utilidades ao gancho, o encarecimento de seu valor funcional para o exercício de certas tarefas, no lugar da mão, traz embutido certo pragmatismo adequado à aceitação da “vida como ela é”, à visão do “lado bom das coisas”, ou seja, uma positividade que tem algo de atenuante ou mesmo dissolvente do que há de doloroso e sacrificial na mutilação

* (Lukács citado por Pasta Jr., José Antonio. “A forma angustiada de Lukács”, *Folha de S. Paulo, Caderno Mais!*, 13 de agosto de 2000: 23.)

*(Saramago, José. *Memorial do convento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998: 41.)

imposta a um homem. A meu ver, essa interpretação ganha plausibilidade se a passagem em foco for posta em cotejo com outra, que a complementa, lançando luz sobre o que estava recalcado. Refiro-me ao trecho em que o narrador reconhece que:

Nem sempre o trabalho corre bem. Não é verdade que a mão esquerda não faça falta. Se Deus pode viver sem ela, é porque é Deus, um homem precisa das duas mãos [...]. É excelente o gancho para travar uma lâmina de ferro ou torcer um vime, é infalível o espigão para abrir olhais no pano de vela, mas as coisas obedecem mal quando lhes falta a carícia da pele humana, cuidando que se sumiram os homens a quem se habituaram, é o desconcerto do mundo*.

(:87-8.)

Como nada tem de ingênuo, o narrador sabe muito bem que o empenho de dar visibilidade aos esforços humildes de Baltasar, um de seus compromissos, não se sustenta sem incorporar as limitações impostas pela mutilação ao exercício das tarefas. A tendência de basear a apreensão do mundo pela materialidade das ações dos homens, outra linha de força da ficção de Saramago, é tangível nesse registro de dificuldades práticas, viabilizado por um senso de realidade forte o suficiente para pôr em questão o consolo da crença de ser o homem a imagem e semelhança de Deus – ainda que, neste caso, a crença esteja alicerçada na formulação não-canônica (ou herética, dependendo do ponto de vista) do padre Bartolomeu Lourenço. Note-se que o narrador já não concebe a valoração utilitária do gancho sem o reconhecimento de que em tal funcionalidade o expurgo do toque humano é o diferencial a considerar. De modo sutil, essa postura está nutrida de um inconformismo que contrasta com a positividade indigitada no outro trecho e confere ao camoniano “desconcerto do mundo” (cuja lembrança julgo não ser gratuita) um sentido desumanizador que também pode ser considerado em clave atualizada. Como se sabe, sobretudo na obra lírica, o tema do desconcerto do mundo ocupa posição decisiva na mundividência camoniana, estando centrado no dissídio, no desajuste entre as aspirações e valores que constituem “as exigências íntimas da vida pessoal” e os limites materializados no mundo, na vida social. É em função dessa desarmonia que o mundo aparece sob as formas do desconcerto, e não como decorrência da perquirição e crítica das injustiças da sociedade*. De forma diferente, em *Memorial do convento* o

* (Saraiva, Antônio José e Lopes, Oscar. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1996: 322-5.)

sentido da mesma expressão está justamente no que há de iníquo em certo aspecto das relações sociais, pois diz respeito a experiências de trabalho, as quais remetem, em razão da problemática que implicitamente suscitam, a um resultado social que nos é contemporâneo. Assim, quando o narrador assinala a falta que faz certa qualidade inscrita na ordem do humano àquele que tem um gancho no lugar de uma das mãos, o teor crítico dessa passagem está, em seu sentido mais forte, na não aceitação de uma funcionalidade que equaliza homens e coisas, o que, posto nos termos de sua atualização, parece-me defensável ler como recusa subliminar da reificação imposta aos que trabalham, questão premente nos marcos da modernidade capitalista, horizonte histórico em que nos situamos. Trata-se, em suma, do respeito à condição humana integralmente considerada enquanto imperativo ético, em face do qual as coisas devem “obedecer” aos homens, estar sob seu controle, subordinadas à escala humana.

Será esse ex-soldado maneta que tomará parte, como agente, tanto na construção do convento quanto na da máquina voadora, as quais constituem, no romance, a materialização de concepções polares a respeito das diferentes formas da atividade humana. Registre-se que a polarização cristalizada em *Memorial do convento*, que tentarei caracterizar a seguir, tem lugar relevante na reflexão dos autores que se ocupam do mundo do trabalho, entre os quais Simone Weil.

Da montagem e do funcionamento da passarola incumbem-se Baltasar, Blimunda e o padre Bartolomeu Lourenço. A conjunção de competências se mantém fundada na divisão do trabalho, pois ao homem culto, inventor da máquina, cabe o papel de mentor de todo o projeto, enquanto o casal popular está destinado ao nível prático da execução manual de atividades. Por outro lado, alinhado entre as posturas democráticas desse processo de interação entre desiguais, está o cancelamento da diferenciação valorativa dos trabalhos dos homens, ou seja, a recusa da preeminência da dimensão intelectual do trabalho sobre o labor manual. Por ser assim, no momento em que a máquina alça vôo, seu inventor reconhece a força integradora dos engenhos (entre eles, os da ordem do fantástico) que tornaram possível a empreitada: “[...] eu sim, que estou subindo ao céu por obra do meu gênio, por obra também dos olhos de Blimunda, [...] por obra também

*(Saramago, José. *Memorial do convento*. Ob. cit.: 189.)

da mão direita de Baltasar [...]”*. Ou seja: o realce do esforço conjunto, o sentido de complementaridade das tarefas e o reconhecimento da importância da aglutinação de forças criativas são os fatores que balizam o empreendimento. No único momento em que Bartolomeu Lourenço tenta conferir a si próprio superioridade sobre os outros dois, Baltasar não se intimida e responde com a segurança de quem adquiriu, no aprendizado de um trabalho em que se compartilham experiências e habilidades sem supremacia, a consciência de seu papel e o de Blimunda como criadores: “Eu é que sou o inventor da passarola, eu decido do que convém, Mas somos nós quem a está construindo [...]”*.

*(162.)

No exercício de tarefas em que os homens podem ter a certeza de que são os criadores, como a da construção da passarola, a dimensão formativa é real. Aliás, tal dimensão está inteira na acepção que a forma verbal “levantemos” adquire no fragmento citado a seguir – acepção que se realça no confronto implícito com o “levantar paredes”, tarefa da obra do convento, inscrita no reino da necessidade:

[...] na vida tem cada um sua fábrica, estes ficam aqui a levantar paredes, nós vamos a tecer vimes, arames e ferros, e também recolher vontades, para que com tudo junto nos levantemos, que os homens são anjos nascidos sem asas, é o que há de mais bonito, nascer sem asas e fazê-las crescer, isso mesmo fizemos com o cérebro [...]”*.

*(134.)

Quanto ao segundo exemplo, todo o desdobramento da imagem reforça a acepção do ato de levantar como processo formativo na metáfora das asas que crescem nos homens por força da própria atividade humana. Ao cotejar de modo implícito os ofícios, o narrador parece sugerir que há, entre eles, diferenças qualitativas a assinalar: num, os homens adquirem novos fundamentos, testam livremente seu poder de criação; noutra, todo seu esforço se esgota na exterioridade do produto, o qual, ao se materializar, apaga as marcas do labor humano que o gerou. Este, fincado na necessidade de sobrevivência, é um ofício como o que caberá a Baltasar, quando admitido nas obras de edificação do convento: atividade que garante o pão, com o qual se sustenta o corpo, mas não se alimenta a alma*. Com efeito, trata-se de uma polarização entre a esfera do que poderíamos denominar *trabalho heterônimo*, a do trabalho regido pela necessidade e fundado num

*(205.)

sistema de relações inteiramente fora do controle e da vontade dos agentes, e a esfera da *atividade autônoma*, aquela assumida e efetuada por livre vontade, não determinada por pressões materiais, e cujos objetivos foram definidos pelos agentes ou são verdadeiramente de seu interesse.²

Posto isso, reafirmo que não há apenas contraposição entre o trabalho de construção da máquina voadora e aquele que edifica o convento. Quanto a este, veremos agora que, sem alarde, por meio de observações rápidas e aparentemente desprezíveis, um dos propósitos do narrador é sugerir que não há razão para conceber a esfera do labor braçal como inteiramente apartada da intervenção intelectual. Penso que, por esse ângulo, há aqui afinidade com a referida recusa da superioridade da competência intelectual do padre Bartolomeu Lourenço sobre a parte que cabe a Blimunda e Baltasar na tarefa de erguer a passarola.

O procedimento será aquele, anteriormente identificado, de dar expressão ao ponto de vista conservador para posteriormente contraditá-lo, explicitando sua inaceitabilidade, sublinhando aspectos que lhe escapam da alçada. Trata-se agora de expor as opiniões de D. João V sobre a construção do convento de Mafra. Segundo o rei, de sua pátria “não se requeira mais que pedra, tijolo e lenha para queimar, e homens para a força bruta, ciência pouca”, pois “desta pobre terra de analfabetos, de rústicos, de toscos artífices não se podem esperar supremas artes e ofícios [...]”³. O desprezo do monarca pelo povo português e seus ofícios sem reconhecimento social é a postura a contraditar, pois ela é a exposição extremada da visão de mundo que o narrador rejeita ao exprimir opiniões que o situam decididamente no campo popular. Como se respondesse ao rei, referindo-se ao trabalho bruto de transporte da gigantesca pedra pelos caminhos íngremes de Pêro Pinheiro a Mafra, o narrador afirma ser preciso “ciência e arte”, domínios normalmente vinculados ao

(:219.)

² Sobre os conceitos de *trabalho autônomo e heterônomo* à luz de uma reflexão sobre o pensamento de Simone Weil, ver Robert Chenavier. “Civilização de trabalho ou civilização do lazer?”, *Estudos Avançados*, n. 32. São Paulo: IEA, 1998: 187-211. Como explica Chenavier, a superação da “*degradante*” divisão entre trabalho braçal e trabalho intelectual constitui “um fim absoluto” para Simone Weil. Em *Memorial do convento*, como logo a seguir veremos, a dimensão intelectual não está ausente da esfera do trabalho manual.

*(238 e 241.)

trabalho intelectual, esmaecendo um pouco assim as fronteiras da separação rígida entre a esfera manual e a intelectual do labor humano. E logo a seguir, a respeito da mesma tarefa, o narrador está consciente de que a coordenação de esforços exigida dos homens “não é despicienda ciência”⁸.

*(230-1.)

Nesse romance de José Saramago, a recriação ficcional de um fato histórico, a edificação do convento de Mafra, tem como dois de seus principais móveis, evidentemente complementares, a certeza de que a grandiosidade da obra só deve ser reconhecida pela dimensão do sacrifício que custou àqueles que, por necessidade ou mesmo à força, foram os verdadeiros construtores, e o propósito de desabonar o monumento histórico como algo favorável à boa reputação dos poderosos, para dessoterrar seu conteúdo humano e social, que se concretiza no exercício do trabalho anônimo tal qual se representa no romance.⁹ Nos termos do narrador, trata-se de “não consentir que esqueçamos o que [...] se costuma olhar sem mais consideração”, para não ficar “oculto aquele que faz sob aquilo que é feito”. Sendo assim, é o mundo do trabalho que interessa destacar, o foco tem de estar na experiência dos homens que trabalham – os quais “se os quisermos ver, tem de ser mais de perto”, diz o narrador, dando expressão lapidar à tarefa de que se incumbem⁸.

Tal intento e os problemas sobre os quais incide estão cristalizados num diálogo entre o padre Bartolomeu Lourenço e o músico Domenico Scarlatti, passagem que condensa os dois móveis que estão, como afirmei há pouco, entre os mais importantes do romance:

El-rei tem na sua tribuna uma cópia da basílica de S. Pedro de Roma que ontem armou na minha presença, [...] Dizem-me que el-rei é grande edificador, será por causa disso este seu gosto de levantar com as suas próprias mãos a cabeça arquitetural da Santa Igreja, ainda que em escala reduzida, Muito diferente é a dimensão da basílica que está a ser construída na vila de Mafra, gigantesca fábrica que será o assombro dos séculos, Como se mostram variadas as obras das mãos do homem, são de som as minhas,

⁸ Minha argumentação neste trecho se inspira num ótimo artigo de Manuel Gusmão sobre a obra ficcional de José Saramago, como se verá, pois voltarei aos dois móveis referidos. Registro, porém, que desenvolvo de modo diferente as questões de que também trata o crítico. Ver Gusmão, Manuel. “O sentido histórico na ficção de José Saramago”, *Vértice*, n. 87. Lisboa: Editorial Caminho, 1998: 7-22.

Fala das mãos, Falo das obras, tão cedo nascem logo morrem, Fala das obras, Falo das mãos, que seria delas se lhes faltasse a memória e o papel em que as escrevo, Fala das mãos, falo das obras.*

*(160.)

O fim do diálogo, centrado em perguntas e asserções a respeito das mãos e das obras, tem a aparência de um anódino jogo de palavras. No entanto, lido com atenção dentro de todo o trecho citado e considerado relativamente a algumas questões que são centrais no romance, fica claro que sua banalidade é apenas de fachada.

Todo o diálogo está alicerçado em termos comparativos. O primeiro termo de comparação é o trabalho do rei, que monta “com suas próprias mãos” uma cópia em miniatura da Santa Igreja. Logo salta aos olhos a intenção escarninha na apreciação da capacidade empreendedora do monarca, pois é flagrante o descompasso entre sua caracterização como “grande edificador” e o que ele é capaz de construir com esforço próprio: uma pequena réplica. O segundo termo da comparação é o da basílica que se constrói em Mafra, juntamente com outro termo comparativo, implícito aqui, mas que se explicita em passagens decisivas do romance: o do trabalho daqueles que erguem a obra “com suas próprias mãos”. A referência ao empreendimento como “gigantesca fábrica que será o assombro dos séculos”, afinada com o rótulo de “grande edificador” posto no rei, remete à monumentalização da história. Note-se, contudo, que, em linha com o intento escarninho a que me referi, não se atribui ao rei, de modo explícito, o papel de construtor da basílica – esta “está a ser construída na vila de Mafra”. Quem a constrói? Uma vez que não afirma expressamente D. João V como o agente, a fala do padre Bartolomeu Lourenço sinaliza, de forma implícita, que é possível considerar que são outros os verdadeiros construtores: os operários anônimos. Creio que tal estratégia discursiva pode ser lida, do ângulo do leitor de hoje, como uma tentativa de neutralizar a compreensão do passado de um ponto de vista que transige com a versão oficial da história e o rol de empulhações que lhe é peculiar.

A indicação que subjaz àquela fala, tal qual definida acima, é coerente num romance que tem, como um de seus veios, o intento de favorecer a emergência do labor dos que foram expurgados pela história escrita, nos termos de Hobsbawm, “para a glorificação ou, talvez, uso prático dos governantes”.

*(Hobsbawm, Eric J. “A outra história: Algumas reflexões”. Em: Krantz, Frederick (org.). *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990: 18.)

Se, de fato, for válida essa interpretação, ela pode ser extensível à parte derradeira do diálogo, na qual Domenico Scarlatti versa sobre obras e mãos. É verdade que a reflexão, em plano ostensivo, diz respeito às mãos e às obras do próprio Scarlatti, como se esclarece pelo uso do pronome possessivo na frase “são de som as minhas”, porém as duas palavras também se articulam aqui como elementos fundamentais do processo de criação, num sentido mais geral: mãos são a metonímia do sujeito capaz de criar, do agente, daquele que trabalha, e o resultado de seu esforço criativo se materializa nas obras. Nesse plano geral, não é descabido afirmar que a reflexão pode incorporar as comparações anteriores que a inspiraram e constituíram seu ponto de partida. Por ser assim, penso que também é possível interpretar o diálogo sobre mãos e obras de acordo com os elementos da comparação implícita, anteriormente sugerida: as mãos podem ser, entre outras, as dos operários que erguem a basílica, e as obras, a exteriorização do trabalho daquelas mãos, se devidamente considerado. Deste ângulo, a notação última a respeito da lembrança e do registro das obras – “que seria delas se lhes faltasse a memória e o papel em que as escrevo” – poderia dizer respeito, com muita propriedade, à necessidade de reconhecer o esforço humilde, ao qual faltam a lembrança e o registro, soterrado que está pela memória oficial, corporificada no monumento – necessidade que é um empenho do narrador.

Para cumprir seu referido propósito de ver mais de perto a realidade dos homens que desempenham o trabalho braçal, o narrador dá voz a alguns deles, os quais desvelam uma experiência coletiva filtrada por sentimentos, reflexões e vivências constitutivos de cada uma das trajetórias individuais destacadas, não se dissolvendo assim os indivíduos nas situações do trabalho geral imposto às massas. Antes de facultar ao leitor o acesso aos fragmentos biográficos dos trabalhadores, o narrador informa que Baltasar, que está entre eles, manter-se-á calado, “ouvindo apenas, enquanto o torpor do vinho desvanece e as palavras dos outros refazem um sentido, ainda que seja o da mesma e repetida história [...]”⁶. A princípio, parece tratar-se de uma inconsistência que viabilizaria o questionamento seguinte: qual o motivo de dar expressão individual, conferindo-lhe nomes e vozes distintas, a uma

⁶(Saramago, José. *Memorial do convento*. Ob. cit.: 224.)

“mesma e repetida história”? A inconsistência é apenas aparente. O que há de comum entre tais personagens, além da condição de trabalhadores braçais, é a situação de penúria em que vivem, que é, por certo, o que o narrador tem em mira ao se referir a uma história que se repete. Creio que o sentido último dessa informação deve ser buscado no que está implícito: a penúria comum àquelas trajetórias individuais é a expressão da existência de estruturas sociais que perduram, perpetuando a reprodução de deserdados. Note-se também que, como se evidencia quando confrontamos aquelas vidas que se expõem de modo sumário, mesmo a situação de miséria não pode ser idêntica para todos e, tampouco, vivenciada da mesma forma. Além disso, é preciso atentar para a forma verbal “refazem”, que “pode significar que o vão fazendo repetidamente [um sentido], mas também que o vão transformando, ou fazendo de outra maneira”, segundo Manuel Gusmão*.

O desamparo, moeda corrente entre tais homens, é vivido na plenitude por um deles, o José Pequeno, aquele que se compara aos bois, porque, como ele, os animais “andam emprestados neste mundo”. Ostentando uma corcunda, sem família, sozinho no mundo, não tem certeza nem mesmo quanto ao seu verdadeiro nome, sendo o único a ter um apelido, que diz respeito à sua baixa estatura, no lugar do sobrenome. Sintomaticamente, ao dar notícia de seu nascimento, o personagem não diz que “nasceu” – forma verbal que, em várias de suas acepções, remete às idéias de geração, do que começa a formar-se, de descendência, de proveniência. Ele diz “apareci numa aldeia ao pé de Torres Vedras”, preferindo utilizar um verbo que tem entre seus significados o de “tornar-se repentinamente visível”, “revelar-se subitamente”, e que reforça, como é evidente, a obscuridade de suas origens – verbo que ao mesmo tempo contrasta, paradoxalmente, com a quase invisibilidade de uma existência tão desintegrada, mais afeita ao contato com os bois que à convivência com os outros homens.*

Não obstante os sofrimentos de uma vida de privações, o orgulho da profissão é o que distingue o tanoeiro João Anes no grupo de operários. Note-se, no entanto, que a pressão desumanizadora que advém da necessidade de sobrevivência em situação de penúria se revela na constituição dos so-

*(Gusmão, Manuel. “O sentido histórico na ficção de José Saramago”. Ob. cit.: 10.)

*(Saramago, José. *Memorial do convento*. Ob. cit.: 225. Quanto aos significados dos verbos “nascer” e “aparecer”, consultar Houaiss, Antônio e Villar, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001: 246 e 1997.)

nhos do tanoeiro, os quais nada têm de redentor ou reconfortante, porque não podem transcender a experiência que despersonaliza e mutila, que é a de seu trabalho nas condições em que o tem de exercer, imposta como o exílio dos afetos íntimos ao homem que precisa ganhar o pão:

[...] deixei a família no Porto, lá se vão governando, há dois anos que não vejo a mulher, às vezes sonho que estou deitado com ela, mas se sou eu não tenho a minha cara, no dia seguinte corre-me sempre mal o trabalho, gostava de me ver completo no sonho, em vez daquela cara sem boca nem feição, sem olhos nem nariz [...].*

*(Saramago, José. *Memorial do convento*. Ob. cit.: 226.)

Como João Anes, outros quatro dos sete operários que ali expõem um naco de suas existências experimentam a condição de homens apartados de suas origens, que precisaram largar as famílias, algumas ao deus-dará. Um deles é Francisco Marques, aquele que será esmagado pela pedra e, finalmente, “devolvido” à família. Um segundo exemplo é o de Joaquim da Rocha, para quem as raízes já pouco representam e pensa em não voltar mais para casa. Outro que teve de deixar sua gente, esta no Alentejo, chama-se Julião Mal-Tempo, personagem que, em *Memorial do convento*, remete às gerações da família cuja história foi desenvolvida no outro romance, constituindo-se de modo explícito num elemento representativo da afinidade entre dois livros de Saramago que têm, em parte significativa, terreno comum. Quanto a Manuel Milho, ele também teve de deixar suas origens, os campos de Santarém, mas possivelmente não tem família, pois a ela não se refere.

Milho é, entre os operários do grupo, aquele especialmente dado a reflexões, em aparência descompromissadas, desencarnadas, mas na verdade com fundamento prático, porque engastadas na realidade da opressão imposta aos desvalidos de uma sociedade sob a vigência do padrão absolutista. Essa pertinência das reflexões do personagem àquela realidade está sobretudo no momento inicial em que se apresenta, especificamente a partir de quando confessa: “[...] sinto a falta do rio da minha terra”. Seu pensar se movimenta aqui entre termos comparativos; ele compara o rio de suas origens com o mar que tem água “de sobra”. De passagem, registro que, a meu ver, no plano das correspondências literárias, essa passagem evoca o poema em que Alberto Caeiro, o heterônimo pessoano, compara o Tejo com o rio de sua al-

deia, e diante da grandiosidade e força da memória histórica daquele, que faz pensar em tanta coisa, prefere a singeleza deste, mais adequado à sua aspiração de não se cindir do mundo pelo pensamento: “O rio da minha aldeia não faz pensar em nada/ Quem está ao pé dele está só ao pé dele”*. Creio que a fala inicial desse personagem de *Memorial do convento*, que faz da lembrança do rio de sua terra um motivo de reflexão, dialoga em diferença com esses versos, principalmente.

No falar alusivo e oblíquo de Milho, o mar e o rio não são tratados apenas no nível referencial, pois, apreciados na sua relação com o humano, deslizam da referencialidade para um plano figurado, o qual remete a uma ordem de idéias que, não obstante sua generalidade, mantém o vínculo decisivo da reflexão com o específico, ou seja, com certa vivência de muitos daqueles homens no trabalho. Se for permitido arriscar, com certa liberdade de espírito, uma formulação mais desenvolvida ao que é sugerido de modo elíptico, diria que, ao tomar o mar como a materialização da desmesura, Manuel Milho alude à impotência do homem diante do mar, decorrente da assimetria dimensional entre a humana condição, sem aparato tecnológico, e a vastidão marítima: “mas digam-me o que pode um homem fazer daquela imensidão”. O rio, ao contrário, representa o que na existência daquele trabalhador de Santarém está ajustado a dimensões que ele concebe, a limites que percebe: “o rio corre entre duas margens”. Milho lembra que, no rio, é possível a uma pessoa o reconhecimento de si própria ao ver sua imagem refletida, e o rio pode facultar a um homem sua própria experiência da passagem do tempo, seja pela contemplação de seu rosto envelhecido, seja pela sugestão metafórica das águas que correm continuamente, a qual faz pensar nas relações descontínuas entre movimento, faculdade perceptiva e ação temporal: “quando um homem quer ver como está sua cara, se envelheceu muito, a água é o espelho que passa e está parado, e nós que estamos parados é que vamos passando”*. Porém, para captar o que, segundo penso, é o decisivo nessa passagem, faz-se necessário assinalar o que historiciza e dá concreção à intervenção reflexiva do personagem. Assim, note-se que Manuel Milho não se reporta a um rio qualquer, indeterminado, mas sente a falta do “rio da minha terra”, na sua expressão, o que remete à necessidade do afastamento de suas

* (Pessoa, Fernando. “Ficções do interlúdio. Poemas completos de Alberto Caetano”. Em: *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1990: 215-6.)

* (Saramago, José. *Memorial do convento*. Ob. cit.: 225.)

origens, comum a ele e à maioria dos operários que ali se apresentam, como vimos. Trata-se, pois, de um modo de pensar e se exprimir em situação, cuja generalidade da linguagem figurada não deve fazer perder de vista o que me parece ser seu alvo específico: o compulsório desenraizamento dos trabalhadores em busca da sobrevivência como resultado histórico de estruturas sociais que condenam os homens a contar “a mesma e repetida história”.

Na minha opinião, uma das chaves para interpretar esta passagem em que alguns operários se apresentam, no seu conjunto, está na compatibilidade entre postura reflexiva e destinação social ao trabalho muscular, cujo significado último poderia ser traduzido como a recusa da distribuição estrita de competências ao feitiço de um mundo estabilizado em clivagens e assimetrias que as torna naturais e infensas à intervenção dos homens, tal qual a sucessão dos dias e das noites. Como um eco da frase com que Manuel Milho finaliza às vezes sua fala, o modo como o narrador encerra a passagem em questão, perguntando donde vem a capacidade de reflexão daqueles “rústicos”, “analfabetos”, e deixando a pergunta sem resposta, pode ser lida como formulação irônica de um desentendimento que é próprio da visão de mundo ajustada à divisão rígida de competências, a qual separa e diferencia os homens em todos os momentos, de acordo com o lugar que cabe a cada um deles na escala social – incompreensão contraditada neste e em outros momentos do romance, como vimos.

Um pouco depois da passagem que acabo de comentar, o narrador expõe uma lista com possíveis nomes de trabalhadores, procedimento que está dentro de seu propósito de conferir visibilidade ao mundo do trabalho, mas vai além disso, pois o intento explícito aqui é o de, pelo recurso do registro ficcional, “imortalizar” os sem posses, ou seja, combater o esquecimento a que são comumente relegados por certa historiografia. Na lista, cada um dos nomes se inicia com uma letra diferente, perfazendo, no total de vinte e três, o alfabeto. O objetivo do registro é representar todos os que trabalham, por meio da eventualidade dos nomes e da convenção do conjunto alfabético. O possível anacronismo da nomeação,

sua possível inadequação ao tempo e ao lugar, é menos uma limitação que uma possibilidade de atingir outros planos temporais e espaciais, e assim viabilizar uma visada na qual o trabalho e sua exploração são postos numa ampla contextualização histórica: “nem todos estes nomes serão os próprios do tempo e do lugar [...], mas enquanto não se acabar quem trabalhe, não se acabarão os trabalhos, e alguns deles estarão no futuro de alguns daqueles, à espera de quem vier a ter o nome e a profissão”*. A referência ao futuro constitui sinal da preocupação recorrente do narrador em atualizar os problemas, atualização cuja oportunidade é patente, como sabemos, já que a superexploração do trabalho, um dos assuntos do romance, não desapareceu de nosso horizonte histórico; ao contrário, uma de suas faces mais ostensivas é o que se chama hoje “precarização das condições de trabalho”. Cabe ainda dizer que a lista de nomes é, na verdade, um contraponto à monumentalização da história que serve aos poderosos, uma vez que monumentaliza o que, em certa perspectiva, é tido como menor.⁴

*(233.)

O acorrentamento ao circuito da “entrega de braços” e à reprodução da existência miserável, de geração a geração, constitui dado estrutural bem ajustado ao conjunto de sujeições próprias à condição de trabalhador braçal; sujeições que vão sendo assinaladas como resultado histórico, com necessário senso da realidade, e de modo lapidar em algumas passagens: “que cedo é preciso entregar os braços ao campo”; “amanhã voltaremos a este mesmo lugar, se não viermos nós, nossos filhos virão”*.

*(106 e 221.)

Memorial do convento, porém, é um romance em que a ativação de vontades terrenas tem realce decisivo; os heróis individuais do livro, Blimunda, Baltasar, Bartolomeu de Gusmão, “vivem as transcendências de vontades desviantes”, cujo conteúdo emancipador alimenta o empenho de não ajustamento ao “padrão absolutista de subordinação e integração hierárquica das vontades”*. Assim, o investimento utópico da

*(Hansen, João Adolfo. “O percevejo, as carnes e a utopia”. *Folha de S. Paulo, Caderno Mais!*, 18 de outubro de 1998: 6.)

⁴ Diz Manuel Gusmão que a lista alfabética “é [...] um gesto de monumentalização do que é pequeno e entretanto imenso”. Ver Gusmão, Manuel. “O sentido histórico na ficção de José Saramago”. Ob. cit.: 11.

mobilização das vontades, que o romance alegoriza, sinaliza a possibilidade de um outro mundo e, ao mesmo tempo, explicita o fundamento histórico da própria ordem social opressora, na medida mesma em que a divisa como mutável. Ora, o sentido da transformação das condições de vida em potência não poderia estar ausente da vida dos que trabalham, dos sem posses, tomada no plano coletivo, justamente em razão da necessidade de suprimir a condenação prática ao embrutecimento, à desumanização de cada dia. Por isso, pouco antes do relato do percurso que terão de cumprir os trabalhadores para buscar a enorme pedra de Pêro Pinheiro, o narrador, ao desvelar a ruína humana estampada na multidão de miseráveis, arremata significativamente: “[...] se Blimunda tivesse vindo à despedida sem ter comido o seu pão, *que vontade veria em cada um, a de ser outra coisa*”^{*}.

^{*}(Saramago, José. *Memorial do convento*. Ob. cit.: 234, grifos meus.)

Como remate desta análise de *Memorial do convento*, valho-me da leitura que Manuel Gusmão faz do fim do capítulo em que se narra o transporte da pedra de Pêro Pinheiro, para relacionar essa passagem com outra do mesmo romance e também com um rápido comentário do narrador de *Levantado do chão*. Mais especificamente, trata-se das frases finais do referido capítulo: “Toda a gente se admirava com o tamanho desmedido da pedra, Tão grande. Mas Baltasar murmurou, olhando a basílica, Tão pequena”^{*}. Parece-me que Gusmão elucida essa passagem:

^{*}(: 255.)

[...] na conjunção e disjunção das vozes, a basílica é mais pequena que a pedra que é uma sua parte ou elemento. A desproporção que torna ‘grande’ a pedra que eles transportaram e ‘pequena’ a basílica que com ela constróem, sendo que a pedra é apenas uma parte pequena do edifício, mostra um ponto de vista que desfoca as medidas, as proporções, rebaixa o monumento aos olhos do construtor. A basílica parece pequena a Baltasar, porque enquanto monumento ela *reduz a história*, não contém a desmesura do trabalho que a fez. O monumento enquanto coisa pequena é então uma metonímia da redução que impõe ao trabalho que ele soterra.^{*}

^{*}(Gusmão, Manuel. “O sentido histórico na ficção de José Saramago”. Ob. cit.: 12.)

De acordo com esta leitura, penso que é possível dizer que esse pequeno trecho retoma e condensa de modo sutil o que defini como um dos principais móveis do romance quanto à recriação ficcional da edificação de um monumento histórico: não há como afirmar a imponentia do empreendimento

descolada do “ato sacrificial” (expressão de Eduardo Lourenço) imposto aos verdadeiros construtores, os operários anônimos. Em outras palavras, não faz sentido falar na grandiosidade daquela obra sem proporcionar a emergência do teor humano e social inscrito no próprio monumento enquanto produto do trabalho de homens comuns.

Com efeito, o realce que tal modo de ver tem no romance pode ainda ser verificado, se articularmos o trecho destacado com outra passagem que comentarei em seguida.

O desajuste das medidas, das dimensões, tão bem identificado por Manuel Gusmão, corresponde em outro momento a um descompasso fundado na temporalidade. Inicialmente, ao considerar o andamento das obras em certo espaço de tempo, o narrador dá curso à opinião que podemos identificar como uma maneira de ver o mundo que é incapaz de transcender as aparências e de perceber na construção inacabada, na condição aparentemente minguada do que foi edificado, o trabalho incomensurável. O conservantismo latente neste ponto de vista o torna inaceitável; por isso, logo é desacreditado: “Parecia impossível que tantos anos de trabalho, treze, fizessem tão pouco vulto, uma igreja inacabada, um convento que, em duas alas, está levantado até o segundo andar [...]. Parece pouco e é muito, se não demasiado”^{*}. O descompasso entre as duas perspectivas que se justapõem nesta fala poderia ser assim sintetizado: numa delas, a relação a fazer é entre tempo despendido e obra inacabada, sem mais; na outra, instruída no reconhecimento da dimensão social e humana como fundamento, a mensuração temporal não pode deixar de incorporar a imensurabilidade dos esforços exigidos. E se a obra como monumento é, na verdade, uma “redução da história” porque “não contém a desmesura do trabalho que a fez”, o narrador, na contracorrente desta concepção de monumento, situa o trabalho em suas proporções e temporalidade devidas:

Ora, o mal desta obra de Mafra é terem posto homens a trabalhar nela em vez de gigantes, e, se com estas e outras obras passadas e futuras se quer provar que também o homem é capaz de fazer o trabalho que gigantes fariam, então aceite-se que leve o tempo que levam as formigas, todas as coisas têm de ser entendidas na sua justa proporção, os formigueiros e os conventos, a laje e a pargana.^{*}

^{*}(Saramago, José, *Memorial do convento*. Ob. cit.: 319.)

^{*}(:219-20.)

Trata-se de avivar, em grande parte do livro e especialmente em ambas as passagens, a marca do trabalho desmedido que sacrifica. Não será outro o propósito do narrador de *Levantado do chão*, como se depreende no trecho a respeito do funcionamento da máquina debulhadora. É tamanha a voracidade da máquina que “só falta meter-lhe um homem dentro”, e assim o pão já não ostentaria o “inocente branco ou pardo neutro”, mas “apareceria com a sua justa cor vermelha”, a marca sacrificial do trabalho*.

* (Saramago, José. *Levantado do chão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993: 100.)

João Roberto Maia

Doutor em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista do CNPq (recém-Doutor) no setor de Literatura Brasileira da Universidade Federal Fluminense. Principais publicações: “Nós verdadeiros dos laços fingidos: uma leitura de *Partes de África*” (Em: Cerdeira, Teresa Cristina (org.). *A experiência das fronteiras: leituras da obra de Helder Macedo*, 2002); “Eça de Queirós e a classe operária” (Em: *Cultura Vozes*, 2001); “A visita ao velho sótão dos avós”. (Em: Berrini, Beatriz (org.). *A ilustre Casa de Ramires: cem anos*, 2000).

Resumo

Memorial do convento inscreve a via literária na importante tradição reflexiva sobre o desmerecimento do trabalho, problema posto em plano histórico de longo curso no Brasil e em Portugal. Nesse romance de José Saramago, paralelamente à história da construção do convento de Mafra, narra-se a história de uma outra construção, a da passarola. Se a edificação do Convento traz a marca do trabalho como suplício, a da passarola constitui a afirmação da capacidade criativa dos que a constroem, com base em uma verdadeira complementaridade de esforços. Porém não há no *Memorial* oposição simplista entre uma dimensão positiva e outra negativa do trabalho, pois entre os principais intentos do narrador, que diz respeito tanto ao modo como caracteriza os esforços para erguer a passarola quanto às descrições das obras do convento, figura o de retirar o respaldo à divisão estrita entre a faina braçal e a dimensão intelectual de certas tarefas.

Abstract

Memorial do convento inscribes the literary path in the important reflexive tradition about work devaluation, a problem posed in a long-term historical panorama in Brazil and Portugal. In this novel by José Saramago, in parallel to the story of the Mafra Convent construction, another story is narrated, that of the passarola's construction. If the Convent edification bears the mark of work as torture, the passarola affirms the creative ability for those who build it, based on a true complementarity of efforts. However, there is not

Résumé

Memorial do convento inscrit la voie littéraire dans l'importante tradition réflexive sur la dévaluation du travail, problème mis en plan historique à longue échéance au Brésil et au Portugal. Dans ce roman de José Saramago, parallèlement à l'histoire de la construction du Couvent de Mafra, on raconte l'histoire d'une autre construction, celle de la passarola. Si l'édification du Couvent porte l'empreinte du travail comme supplice, celle de la passarola forme l'essence de l'affirmation de la capacité créative de ceux qui la construisent, à la base

Palavras-chave

José Saramago
trabalho
Convento de Mafra
passarola

Key words

José Saramago
work
Mafra Convent
passarola

Mots-clés

José Saramago
travail
Couvent de Mafra
passarola

in the Memorial a simplistic opposition between a positive and a negative dimension of work, because among the major intents of the narrator – regarding both the efforts to raise the *passarola* and the description of the construction of the Convent – is to diminish the strict distinction between manual work and the intellectual dimension of certain tasks.

Recebido em
30/09/2003

Aprovado em
05/12/2003

d'une vraie complémentarité des efforts. Dans *Memorial*, toutefois, il n'y a pas d'opposition simpliste entre une dimension positive et une dimension négative du travail, car entre les principaux desseins du narrateur – concernant aussi bien la façon dont il caractérise les efforts pour bâtir la *passarola* que les descriptions des oeuvres du Couvent – apparaît celui d'ôter l'appui à la stricte division entre le travail fait à force de bras et la dimension intellectuelle de certaines tâches.